



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 10/12/2019

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, em segunda convocação para a realização da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas às dezoito horas no Auditório Meri Baran, Bloco I - Centro Administrativo São Sebastião/CASS, reuniu-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheira Sonia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro – UNEGRO/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite C); conselheira Maria da Glória da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP.1.0); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Paulo Gomes Soares (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheiro suplente Marcello Claudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar de Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ) e a conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira suplente Dayse Demori Gomes da Silva Peres (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Cristiany da Silva Ávila (Secretaria Municipal de Saúde - SMS) e a conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro). Pauta do Dia: Distribuição da ata de 12/11/2019. **1) Deliberação** da ata de 08/10/2019. **2)** Comissão de Educação Permanente – **30** minutos. **2.1)** Curso de Capacitação de conselheiros – Parte 3 (continuação) – conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres. **3)** Novo modelo de financiamento da Atenção Primária em Saúde. Responsável: conselheira Valeska Holst Antunes – 40 minutos, sendo 30 minutos para apresentação e 10 minutos para esclarecimentos. **4)** Comissões do Conselho Municipal de Saúde - **10** minutos. **5)** Informes da Secretaria Executiva - **10** minutos. **6)** Informes da Gestão da SMS - **10** minutos. **7)** Informes do Colegiado - **05** minutos por conselheiro. O **Secretário Executivo David Lima** chamou para compor a Mesa Executiva do Conselho Municipal de Saúde a **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Representando os usuários os conselheiros **Ludugério Antonio da Silva** e **José Cosme dos Reis** com a função de controlador do tempo. Representando os profissionais de saúde a **conselheira Valeska Holst Antunes** com a função de secretariar. Representando os gestores a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** com a função de fazer a leitura da pauta.

Prosseguindo, passou a coordenação dos trabalhos para a **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**. Foi feita a leitura da pauta do dia. O **Secretário Executivo David Lima** pediu Inclusão na pauta do Edital de Chamamento Público Nº 01/2019. Assunto: Déficit de leitos públicos na área de internação e cuidados prolongados. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a pauta modificativa que foi aprovada por maioria simples. **Ponto um:** Colocada em votação a ata de 08/10/2019 foi aprovada por maioria simples. Em relação ao **Ponto de inclusão** o **Secretário Executivo David Lima** fez um breve esclarecimento do Edital de Chamamento Público Nº 01/2019 contando ainda com a colaboração da **conselheira Cristiany da Silva Ávila**. Colocado em votação o Edital de Leitos de Retaguarda referente ao Chamamento Público Nº 001/2019 foi aprovado por maioria simples. **Ponto dois:** Comissão de Educação Permanente – Curso de Capacitação de conselheiros – Parte 3 (continuação). Nesse momento, a **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** deu início à apresentação com slides e comentários. Ao final foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. O **conselheiro distrital da AP 5.2 Aldair Rosa Sales** informou que a Secretaria de Saúde e a OS IPCEP assinaram um contrato de gestão emergencial. Acontece que os funcionários dessa OS estão sem receber salários, o que está causando caos na AP 5.2. Perguntou sobre as medidas a serem tomadas já que as duas partes não estão fazendo valer esse contrato. Indagou como o controle social pode se organizar para que a Secretaria Municipal de Saúde pague essa OS, que por sua vez, pague seus funcionários. Finalizando, perguntou se o Conselho Municipal de Saúde (CMS/RJ) pode entrar com uma denúncia para que o Ministério Público retire a OS IPCEP da AP 5.2. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** respondeu que cada contrato de gestão tem uma Comissão Técnica de Avaliação (CTA). Os membros da CTA fazem uma reunião e avaliam as cláusulas não cumpridas pela OS para dar um parecer. Dependendo se for leve, médio ou grave o parecer pode ser uma sanção, punição e até mesmo o rompimento do contrato. Outros Órgãos que tomam conta disso é o Tribunal de Contas, a Secretaria Municipal de Fazenda e a Subsecretaria de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde. Sobre pagamentos, informou que as questões de orçamento e, o que está acontecendo agora é uma situação. Porém, as situações que vem ocorrendo desde outros tempos gera punição para a OS; ou seja, não cumpriu é descontada do valor tratado. Saliou que a prefeitura está em crise orçamentária. Por isso, o prefeito assumiu o compromisso de repassar valores para as OS's. Isso gerou problemas na justiça, tais como sequestros de bens para pagamento. O Superior Tribunal entrou com uma ação impedindo a utilização do dinheiro para pagamento. Disse que esse problema é referente à outra questão. Sobre a IPCEP, esclareceu que dependendo do que não está cumprindo não será selecionada no Chamamento Público. Para isso, o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Distritais devem fiscalizar, participar e pedir punição, pois os conselheiros distritais também são membros das CTA's. Finalizando a resposta, o **Secretário Executivo David Lima** esclareceu as medidas a serem tomadas em caso de não cumprimento da OS, da prefeitura ou mesmo de ambas as partes. **Ponto três:** Novo modelo de financiamento da Atenção Primária em Saúde - 40 minutos, sendo 30 para apresentação e 10 para esclarecimentos. Nesse momento, a **conselheira Valeska Holst Antunes** deu início à apresentação com slides e comentários. Ao final da apresentação foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou o que acontece se não cumprirem a meta de cadastrar cada pessoa na Atenção Básica? O Ministério da Saúde cortará o repasse da Saúde da Família ou não? A **conselheira Valeska Holst Antunes** respondeu que a unidade de saúde não vai receber, só vai receber a verba proporcional por cada cadastro feito. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou também o que acontece com as pessoas que não forem cadastradas por não terem CPF? A **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que por urgência legal o SUS não mudou e aí entra uma questão filosófica: até que ponto a captação ponderada é coerente ou não com a regra da universalidade? Porém, a regra da universalidade não mudou. Por isso, essas pessoas continuarão a ser atendidas constitucionalmente. Apenas o município não vai receber por esses

casos. A **conselheira Sonia Maria do Nascimento** inicialmente indagou quais os critérios para o cadastro não ser aceito no DATASUS? Logo após perguntou como deixar o cadastro funcionando perfeitamente com todos os critérios se está diminuindo os Agentes Comunitários de Saúde? Perguntou também se não era a prefeitura que financiava os NASF's? Então o porquê dos NASF's não terem sido implantados na AP 5.2? Por fim, perguntou quem foi o responsável por cortar os NASF's? O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** informou que mora em um bairro que faz fronteira com diversos municípios. Vários pacientes desses municípios são atendidos pela Atenção Básica da AP 5.3. Por isso, as pessoas desses municípios vão continuar recebendo assistência da AP 5.3. Acontece que os municípios que abriga essas pessoas continuam recebendo repasses, inclusive dessas pessoas e quem paga a assistência é a AP 5.3. Quem deveria receber repasse pelo menos referente a essas pessoas é a AP 5.3 que de fato está atendendo. Finalizou perguntando como irão resolver essa situação? O **conselheiro distrital da AP 5.2 Aldair Rosa Sales** ressaltou que esse novo financiamento é um retrocesso total, pois de novo não tem nada já que vai retirar direitos das classes mais pobres. Indagou por que com o pequeno número de equipes espalhadas por todo o Brasil e com o financiamento não funciona e como esse novo financiamento funcionará? Prosseguindo, disse que não vai funcionar porque terá mais pessoas para serem atendidas por equipes que não tiveram aumento de profissionais. Sobre o incentivo da AP 5.2, disse que será para cadastrar pessoas para ganhar mais verba. Perguntou então como o Ministério da Saúde elaborou essa idéia? Ressaltou que na última conferência realizada na AP 5.2 no eixo temático de financiamento tem uma diretriz que reza: "garantir o financiamento adequado para ações e serviços da saúde de toda população". Disse que é direito da pessoa não querer ser cadastrada, porém será assistida com um capital menor. Por exemplo: se a AP 5.2 tem dez mil pessoas e somente cinco mil são cadastradas receberá um capital? Serão atendidas as dez mil pessoas? Como será feito isso? Essa é sua dúvida. Em relação a fala sobre inconsistência, a **conselheira distrital da AP 2.2 Inês Ferreira** informou não existir problema para os agentes comunitários de saúde cadastrar pessoas. O problema é que a cada dia muitas pessoas migram para as unidades de saúde, são pessoas que perderam emprego e as que tinham plano de saúde também o perderam. Em relação aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF's) da Superintendência de Saúde Mental, informou que existem pessoas de outro nível social e intelectual que se isolam dentro de seus apartamentos. Quando existe oportunidade, o agente comunitário de saúde toca o botão do porteiro eletrônico para entrar nesses apartamentos e falar com os moradores. Os problemas sérios verificados os fazem perguntar a si mesmos: onde está o NASF? Onde está a Superintendência de Saúde Mental? Por que essas pessoas sofrem caladas dentro de seus apartamentos, onde morrem silenciosas vendo televisão. Por que não chegaram a ir até um posto de saúde da atenção básica ou não marcaram uma consulta com seu médico do plano de saúde? Sabe-se lá o motivo. Ressaltou que as inconsistências são um problema porque cada agente comunitário de saúde faz o cadastro do cidadão que tem um cadastro geral. Esse cadastro geral pode ser dado se a pessoa mora em outro local que não é cadastrado em "tal" clínica. Por causa do endereço, a pessoa vai a "tal" clínica para tomar vacina e fazer curativos. O agente comunitário de saúde ao acessar o cadastro o atualiza e recebe a informação que está fora de área. Então quando cadastra a pessoa em nível de território, o agente comunitário de saúde precisa dessas inconsistências, ou seja, precisa ter em mãos os cadastros domiciliar e individual. Sobre o núcleo de família que é o mais importante e o que mais lhe preocupa porque o agente comunitário de saúde organiza as famílias em uma área bem pequena. Assim as famílias ficam condensadas. Hoje, é uma matrícula individual. A **conselheira Elizabeth Guastini** ressaltou que o Ministério da Saúde só vai liberar verbas de assistência para os maiores de sessenta e cinco anos, menores de cinco anos e aqueles que ganham até dois salários mínimos. Como fica o restante da população? Prosseguindo, perguntou quem ganha de dois a três salários está conseguindo pagar plano de saúde? Ressaltou que essa parte da verba vem do Ministério da Saúde e a outra verba vem da prefeitura. Disse que isso é um problema sério e que vem se

prolongando dentro das clínicas. Como profissional da saúde têm a preocupação por estar assistindo ao desmonte da Saúde e não sabe como vão sobreviver. Além disso, como pessoa não sabe mais onde serão assistidos. Disse que as Clínicas da Família têm equipes para atender, porém o número de equipes foi reduzido. Ressaltou que tinha o cadastramento e indagou se o cadastramento foi aproveitado, se foi transferido por outra equipe porque existe um cadastro e se não o perderam tem que direcioná-lo para crianças com menos de cinco anos, idosos com mais de sessenta e cinco anos e os que ganham menos de dois salários mínimos. O **Secretário Executivo David Lima** fez uma constatação: informou que esse ministro da saúde conhece sua própria origem e quer utilizar para o plano de saúde público (SUS) o lado perverso do plano de saúde privado. Por exemplo: excetuando as três classes de pessoas citadas acima, as outras só terão assistência se pagar. Mas não dá para fazer com a saúde pública a mesma coisa que se faz com o plano privado. A **conselheira Sonia Maria do Nascimento** disse que isso não terá jeito, todos tem que ir para as ruas e protestar pacificamente, além de contar com o apoio do Conselho Municipal de Saúde. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** comentou que o Ministério da Saúde fará o repasse dessa verba para os municípios. Todos precisam entender que aumentou ainda mais a responsabilidade do Ente municipal. Se quiser manter o que está mesmo que não seja o que querem, o Ente municipal terá que investir mais verba na Saúde. Logo após foi aberto o último ciclo de respostas. Em relação aos consultórios na rua, a **conselheira Valeska Holst Antunes** esclareceu que o Ministério da Saúde coloca um teto de equipes porque a princípio o município do Rio de Janeiro já atingiu sete equipes. Então se colocar mais de sete equipes o município do Rio de Janeiro não consegue ter cofinanciamento do Ministério da Saúde. Existe uma proposta da Secretaria Estadual de Saúde pronta para ser aprovada e que vai abrir a possibilidade de cofinanciamento para ter mais equipes através da Secretaria Estadual de Saúde. É possível que o município do Rio de Janeiro consiga ampliar com esse cofinanciamento. A regra antiga não colocava como regra, porém colocava como um indicativo, uma sugestão de três mil e quinhentas pessoas por equipe. A nova regra aumentou para quatro mil pessoas por equipe. Ressaltou achar muito a quantidade de pessoas para uma equipe. Quando é feito comparações internacionais, que os membros do Ministério se basearam para fazer essa proposta dizendo que na Inglaterra é assim. Refutando essa opinião, a **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que na Inglaterra uma equipe atende apenas mil e duzentas pessoas e não quatro ou três mil e quinhentas. Portanto, da Inglaterra vale o que interessa ao Ministério da Saúde e o que não interessa não vale. O valor do Produto Interno Bruto (PIB) que a Inglaterra investe em saúde é oito vezes maior do que é investido no Brasil. É outra estrutura, outro financiamento, outra realidade de população, outra regra. Isto porque a origem do investimento público da Inglaterra remonta ao proletariado industrial o que é muito diferente das feridas deixadas pela sociedade do regime escravocrata brasileiro e que ainda existem. São pessoas que não tem nada para comer e que têm uma necessidade de sistema de saúde muito diferente do sistema de saúde na Inglaterra porque tem origens sociais diferentes. Isso vem junto com a política de redução de financiamento com a PEC 95. Por isso veem essa situação com muita preocupação. Informou que o cadastro foi migrado de outro prontuário para o prontuário anterior. Durante esse processo de migração retiram informações o que causou perdas porque o cadastro não vem como deveria vir. O novo cadastro obriga ter uma série de exigências para colocar na documentação, por exemplo: o cadastro não é validado se não tiver o CPF. Então não tem como descobrir o número do CPF de uma pessoa se esse número não estiver no cadastro nacional de saúde. Informou também que os atendimentos pontuais não serão mais remunerados por não contar como cadastrados. Como faz parte ajudar a população de rua a retirar documentos, em algumas conseguem colocar CPF em outras não. O Programa Médicos pelo Brasil tem uma questão que muito os preocupa e que é chamada Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS). A ADAPS a princípio é uma maneira de contratar os médicos que vão atuar no Programa Médicos Pelo Brasil de outra maneira que é por celetista ao invés de ser por bolsa como acontece hoje. Da forma como a ADAPS foi colocada na Lei pode servir para muito mais

coisas, inclusive como mecanismo de substituição das OS's fazendo com que o Ministério da Saúde ou os municípios possam contratar pessoas jurídicas diretamente. Pode acontecer que o Ministério da Saúde através da ADAPS pague a Amil para fornecer atenção básica para as pessoas. Isso pode acontecer já que os planos de saúde estão falindo, seja porque estão em dificuldades, seja porque a população está em crise e não consegue pagar. Então os representantes vão pedir dinheiro ao governo federal para sustentar seus planos de saúde. **Ponto quatro:** Comissões do Conselho Municipal de Saúde -10 minutos. Não teve representante para dar informe, excetuando a Comissão de Educação Permanente que já foi contemplada. **Ponto cinco:** Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Lima** informou que cabe as entidades dos conselhos distritais de saúde junto com a sociedade de promoverem a luta de forma pacífica. Em seguida disse que a Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes junto com os presidentes dos conselhos distritais fizeram um estudo da Lei 5.104 de 2009. E, conversando com o Vereador Paulo Pinheiro, autor da lei, propuseram uma modificação que foi acatada. Com a ajuda da Secretária de Saúde a modificação foi aprovada pelos vereadores faltando apenas o prefeito sancionar. Esclareceu que sem essa modificação os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde e os dos conselhos distritais que tivessem dois mandatos consecutivos não participariam do próximo. Disse que os membros da Comissão Executiva estão contatando as entidades para que renovem as documentações e também as indicações porque a partir do primeiro dia do ano que vem começa um novo mandato. Jubiloso disse por ter tentado várias vezes o Sindicato dos Médicos Veterinários que apresentou a documentação e seus representantes. Finalizou agradecendo a colaboração de todos que o ajudaram nesse mandato. Aplausos. **Ponto seis:** Informes da Gestão da SMS. A **conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres** informou que hoje o prefeito está em Brasília tentando resolver o impasse dos arrestos e com isso fazer todos os pagamentos. Também está negociando com o governo federal o valor devido referente à municipalização das unidades federais. Então conversando chegaram a um valor abaixo do que devia. Porém, nesse momento de crise qualquer valor é bem-vindo. Esse valor não foi pago hoje, que era a data limite para o depósito. Apesar disso, afirmou que receberam o pagamento de produção o qual foi pago pelo Ministério da Saúde. O termo de compromisso assinado com o governo do estado do Rio de Janeiro é referente ao repasse mensal pela municipalização dos hospitais Albert Schweitzer e Rocha Faria. Mas esse repasse ainda não foi pago. Além disso, esperam através de negociações receberem alguns pagamentos. A Secretária de Saúde está trabalhando bastante para resolver as questões financeiras, tais como o pagamento devido aos prestadores e o décimo terceiro dos servidores etc. Ao terminar os informes relatou sua participação no Conselho Municipal de Saúde ao longo desse ano, em que ressaltou que aprendeu muito nesse espaço. Relatou sua participação nas dez conferências distritais de saúde e também nas conferências estadual e nacional. Finalizando, agradeceu a todos pelo respeito e pela forma como foi recebida no Conselho Municipal de Saúde. **Ponto sete:** Informes do Colegiado. Sobre a greve dos médicos, a **conselheira Valeska Holst Antunes** informou que a crise municipal está repercutindo na qualidade do serviço referente às condições de trabalho, tais como a falta de insumos, manutenção e outras séries de coisas que trazem risco profissional e principalmente trazendo risco para a população. Ressaltou com o agravamento das dificuldades, as OS's começaram a deixar de pagar todo o salário a partir de setembro. As consequências que vem desde 2017 fizeram muitos profissionais de saúde passar fome, outros serem despejados. Por tudo isso, os sindicatos tomaram a atitude de ir à justiça para que esses trabalhadores pudessem fazer outro trabalho para poder sobreviverem. Na justiça, o município apresentou a conta do legado Olímpico para que fizesse arresto. O juiz aceitou e determinou que fosse usada para esse fim. Ressaltou que tinha uma promessa de pagar os atrasados e os que foram demitidos e que não receberam suas rescisões até hoje. Acontece que a Caixa Econômica Federal e a União se recusaram a dar o dinheiro do legado Olímpico. Em nova audiência o juiz deu um prazo para que todos recebessem seus atrasados até essa semana e na semana que vem o décimo terceiro dos salários. A União entrou com

recurso anulando a decisão do juiz. Como nada deu certo, os profissionais de saúde paralisaram totalmente os serviços ambulatoriais, além de uma redução maior de cinquenta por cento para trinta por cento nas emergências. Isso está sendo feito para que o prefeito vá ao Ministério da Saúde e resolva o problema com o estado do Rio de Janeiro. E, também para que os outros Entes dêem respostas efetivas, objetivas e rápidas sobre a liberação de verbas para pagar os trabalhadores e resolver a questão da saúde agora. Pediu apoio da população para fazer uma marcha na Avenida Presidente Vargas em defesa do SUS para que outras pessoas sintam que o SUS lhes pertence e entenda que o SUS funciona e precisam defendê-lo. Esse é o desafio que têm para fazer essa marcha. A **Presidente e conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que o conselheiro Ludugério Antonio da Silva retirou-se do recinto depois de receber uma ligação urgente do hospital Albert Schweitzer informando-lhe que seu suplente, o conselheiro José Thomaz da Conceição fora atropelado por uma moto. A **conselheira Sonia Maria do Nascimento** informou que o povo tem que ter a sensação de pertencimento ao SUS porque muitas pessoas falam que o SUS não funciona e deve ser fechado. Ressaltou que foi à sociedade civil organizada junto com os conselheiros distritais de saúde que lutaram para que o SUS fosse uma realidade e conseguiram. Em relação a AP 5.2, informou que certo dia viu pessoas distribuindo panfletos de planos de saúde na porta da clínica da família Everton de Souza Santos. Ao receber esse panfleto de uma pessoa disse que essa clínica é o seu plano de saúde porque é nessa unidade de saúde que se trata. A panfletista retrucou dizendo que essa clínica não funciona. Então respondeu que respeitava o trabalho da panfletista assim como ela deveria respeitar o seu porque ela também precisava do SUS e devia lutar pelo seu funcionamento. Prosseguindo, denunciou que pessoas de uma clínica da família chamada amor, localizada no bairro de Campo Grande estão cobrando R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por consulta para qualquer especialidade. Essas pessoas repassam o número 1746 do Ministério Público porque se o paciente não for atendido nessa unidade de saúde poderá acionar o Ministério Público. Sobre o Hospital Municipal Rocha Faria (HMRF), informou que deseja saber por que os guardas, vigilantes e coordenadores sentem prazer em maltratar os usuários dessa unidade hospitalar. Disse que todos são mal preparados, são truculentos, arrogantes e maltratam pessoas de qualquer cor, raça e gênero. A não ser que a pessoa esteja com crachá. Disse que nunca foi com crachá a essa unidade de saúde porque não quer prejudicar o SUS. Ressaltou que os vigilantes do Hospital Souza Aguiar são atenciosos, abrem as portas etc.. Quando foi ao Hospital Municipal Rocha Faria reclamar na sala da superintendente foi recebida pela assessora Cíntia, informando-lhe que o Secretário Executivo David Lima esteve nessa unidade de saúde para ministrar um curso, onde falou das leis. Disse que isso pode ser uma proposta para os trabalhadores do município. Prosseguindo, perguntou o porquê dessa diferença de tratamento se as unidades são do mesmo município? Aplausos. A **conselheira Elizabeth Guastini** informou que os hospitais federais estão com muitos leitos de longa permanência fechados por falta de pessoal e isso acontece porque o governo federal não quer resolver o problema de contratação. Ressaltou que a falta de leitos vai aumentar ano que vem já que muitos profissionais de saúde irão se aposentar; inclusive o governo federal não tem uma resolução do quantitativo para contratar profissionais de saúde. O Ministério da Saúde não tem verba para abrir concurso público e para aumentar o quantitativo de pessoal. Porém tem verba para contratar mais duzentos leitos de longa permanência, mesmo tendo muitos leitos fechados nos hospitais federais. Isso é o que desejo entender. Sobre a falta de material no Hospital Federal dos Servidores do Estado (HSE), informou que o diretor lhe disse que não era problema de verba e sim de gestão. Esse problema está acontecendo em todos os hospitais federais porque os gestores estão contratando pessoas que não sabe fazer processo de compra e licitação. Os pacientes do HSE não conseguem fazer quimioterapia porque não têm o quimioterápico. Por esse motivo, os familiares compram quimioterápico dos hospitais públicos. Finalizando, disse que muitas pessoas estão morrendo dentro dos hospitais e por esse motivo a população precisa vir para as ruas a fim de apoiar a greve e pedir que o prefeito e os políticos resolvam esses problemas. Ressaltou que os profissionais de saúde não têm condições de

continuar trabalhando sem material, sem estrutura e sem salário. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** pediu a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres que traga respostas e soluções da secretária de Saúde referente aos questionamentos dos membros da AP 5.2 que estão na ata de novembro e ainda a urgência de inaugurar o tomógrafo do Hospital Municipal Rocha Faria. Informou que apesar do retrocesso devem continuar defendendo o SUS. Disse que os técnicos de saúde presentes fizeram concurso para residência médica. Por isso, estão nesse espaço para ajudar. Esclareceu que o controle social é feito dentro da legalidade e que amanhã acontecerá à concorrência pública para escolher a OS que vai gerir as unidades básicas de saúde da AP 5.2. Disse que a advertência dada a OS IPCEP não é suficiente, pois assumiu há seis meses e não tem médico, o que sobrecarrega os hospitais de emergência tais como o Pedro II e Albert Schweitzer. Sobre o Hospital Municipal Rocha Faria (HMRF), disse que no domingo foi um caos prestar atendimento aos pacientes da AP 5.1 e AP 5.3 porque as unidades de saúde dessas áreas estão em crise. Porém, chegará um tempo que não vai dar para uma área programática prestar socorro a outras. Ressaltou que o HMRF também estava sobrecarregado porque a atenção básica não funciona. Informou que tem um médico que sai, por exemplo, do Centro Municipal de Saúde Dr. Oswaldo Villela para atender outra unidade de saúde. Acaba que esse médico não consegue socorrer nenhuma pessoa das unidades de saúde. Só que esse médico foi contratado para trabalhar no CMS Oswaldo Villela e não para ficar atendendo as unidades de outras AP's, porém em sua humanidade cede e vai atender. Indagou o porquê da OS IPCEP está nessa concorrência depois de tudo que faz de errado. Informou que amanhã representantes do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 estarão presentes observando e anotando o que poderá ocorrer durante o certame para fazer representação. Então não basta punir tem que tirar a OS IPCEP da concorrência porque a AP 5.2 precisa de profissionais trabalhando e de atendimento em saúde. Ressaltou que dentro do processo de concorrência existem cláusulas que devem ser obedecidas, pois se não for à quebra de contrato pode ser o caminho legal para tirar essa OS. Sobre os motoristas da AP 5.2 informou: 1 - que estão sem os salários de agosto, setembro, outubro e novembro. 2 – o atendimento é precário porque o amortecedor do carro está ruim e falta verba para gasolina. Por esses motivos, os membros do Conselho Distrital da AP 5.2 deixam muitas vezes de fazer suas tarefas nos territórios. Os motoristas correm o risco de serem despejados, correm o risco de corte se não pagar a conta de luz etc.. Esclareceu que os servidores estatutários têm que ter um movimento unificado de luta para evitar ficar sem pagamento. Depois de lamentar o fato de ter poucos conselheiros presentes ao recinto pediu ao Secretário Executivo David Lima para desligar os conselheiros que não são atuantes no Conselho Municipal de Saúde porque é melhor ter dez conselheiros atuantes do que ter cem conselheiros que quando aparecem atrapalham. Prosseguindo, convidou a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres e o Secretário Executivo David Lima para falarem aos conselheiros do CDS da AP 5.2 sobre verba pública para que elucidem o seguinte assunto: onde estão alocados os recursos? Então será uma capacitação para os conselheiros conhecerem e aprenderem a cobrar. O papel do conselheiro nesse recinto é aprender, trazer propostas e defender o SUS. Aplausos. O **conselheiro distrital da AP 5.2 Aldair Rosa Sales** após mostrar alguns documentos assinados sobre leis, decretos e legislações, informou que a secretária de Saúde, Dra. Ana Beatriz Busch assumiu um compromisso com a instituição. Acontece que membros da prefeitura disseram que fizeram um repasse de três meses e que cada mês equivale a dez milhões por mês do total de sessenta milhões em seis meses. Prosseguindo, disse que a empresa não repassou esse valor para pagar os funcionários e fazer investimentos nas clínicas de família. Por isso, têm muitos funcionários passando fome. Pediu então ao Secretário Executivo David Lima e a conselheira Dayse Demori Gomes da Silva Peres para ministrarem um curso de financiamento e orçamento no Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2. Lamentou desconhecer o porquê desse curso não ter sido ministrado. Em seguida fez a leitura de três documentos. Para finalizar disse que os conselheiros devem informar às pessoas que o SUS funciona, senão irão acabar com o SUS. O **conselheiro distrital da AP 5.2 Elton Rosa** informou que a Conferência dos Direitos Humanos está

acontecendo na OAB/RJ. Os temas estão sendo debatidos já que uma parte será encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde, inclusive está sendo discutido um financiamento para os conselhos distritais, no caso o orçamento. A discussão está sendo feita para os conselheiros refletirem que não estão querendo que o orçamento aconteça. Todos têm que lutar para evitar a falência dos conselhos distritais que estão justamente sem financiamento. Esclareceu que é profissional de saúde e está tendo dificuldades de mobilizar as pessoas para lutarem pelas unidades de saúde da sua área. Acontece que essas pessoas estão sem receber salários e por isso, está ajudando elas. Informou também que está sem receber a dois meses o salário e o décimo terceiro salário de sua “outra” prefeitura, que é a prefeitura do município de Caxias. Disse que a população não reconhece os trabalhos dos servidores da prefeitura de Caxias. Em relação ao tomógrafo, informou que sua mãe teve que ser removida para outra unidade de saúde porque a unidade onde foi atendida não tinha tomógrafo. Disse que não quer que ninguém passe o que ele e sua mãe passaram. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** informou que antes da Lei 5.104/09, o Conselho Municipal de Saúde não podia resolver as mazelas dos conselhos distritais de saúde. Prosseguindo com um exemplo real, afirmou que uma pessoa se apresentou ao Conselho Municipal de Saúde dizendo representar certa entidade sem conhecê-la. Disse que a delegada da conferência, Senhora Edir se encaminhou a uma conferência para representar a Associação de Mulheres. Quando chegou deparou-se com um homem dizendo ser o representante dessa entidade. Este começou a humilhar falando que ela era apenas uma usuária e não delegada. A Senhora Edir retrucou informando que fundou essa entidade. Ao finalizar o exemplo, disse que era isso que acontecia antigamente nos Conselhos Distritais de Saúde antes da promulgação da Lei 5.104/09. Então os presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde se reuniram para dar apoio à aprovação dessa lei, desde que o presidente distrital pudesse ser reeleito e ser reconduzido por mais dois anos. Ressaltou que apoiou a reeleição mas que foi contra a recondução. Esclareceu que escutou as reclamações da representante da AP 5.2 e que essas ações que estão acontecendo na AP 5.2 não têm participação de sindicatos. Ressaltou que as manifestações são frutos da união dos moradores, usuários e profissionais de saúde da AP.5.2. Ressalvou que os sindicatos estão muito distantes das pessoas que mais precisam. Lembrou que antigamente os membros dos sindicatos iam para as comunidades para ver e dar aula. Os sindicalistas explicavam para o proletariado o porquê de se unir aos sindicatos. Explicavam também ao pessoal da ponta, da comunidade o motivo de ter essa união. Lamentou que os últimos cinco representantes dos sindicatos que estiveram no Conselho Municipal de Saúde não pensaram nessa união, tanto é que agora participam dessa gestão. Esses representantes saberão o que fazer já que reclamavam das outras gestões? Exemplificando, citou o diretor Belo Veler, representante do Sindicato dos Médicos. Se ele tinha a solução há oito anos por que não tem agora? Também o Senhor Romano que agredia a todos com palavras ao dizer que os usuários eram comprados, vendidos. Que reclamava tanto e que tanto falou dos usuários. Por que hoje está na gestão e não sabe o que fazer? Informou que a gestão atual não soube fiscalizar e cobrar das OS's o que fez os trabalhadores ficar sem salário e os usuários ficar sem assistência. Disse se o médico for estatutário ou de OS não importa, importa ter direito de acesso a saúde como preconiza a Constituição. Foi para ter acesso a saúde que brigaram pelo SUS. Informou que apoiou a entrada da OS SPDM na AP 5.3. Esclareceu que o sofrimento atual dos conselheiros municipais é fruto do que foi implantado nesse recinto. Disse esperar que a próxima gestão do Conselho Municipal de Saúde e as próximas entidades venham com “um novo espírito”. Espera voltar como conselheiro vendo esse plenário lotado como era antigamente com conselheiros e pessoas com idéias como acontece no Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 que está doando alimentos. Parabenizou os profissionais de saúde de sua área porque apesar dos problemas estão ajudando. Por exemplo, recebeu a ligação de uma senhora que estava esperando oito meses uma ressonância magnética para sua filha. Relatou que os profissionais de saúde junto com o motorista, que está com salários atrasados pegaram a filha dela colocaram na ambulância para fazer a ressonância magnética. Ressaltou que é

desse modo que trabalham na ponta porque os trabalhadores são solidários ao Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, assim como o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 e comunidade são solidários a eles. Lamentou que esses profissionais não tenham uma representatividade para ajudá-los na luta, pois os conselheiros do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 faz o que pode para ajudá-los. Ressaltou que estava sofrendo retaliações pelo que fala o que contraria muitas pessoas. Informou ainda que além de conselheiro é vigilante e com a entrada de uma nova firma onde trabalhava foi desligado dessa firma nova por defender a saúde de sua área. Em relação a sua fala sobre a terceirização, disse que o policial militar e o guarda municipal não são terceirizados, porém tratam mal da mesma forma. Quando falou: “ah, tratou mal porque é terceirizado”. Direcionando sua fala para a conselheira Sonia Maria do Nascimento disse que o profissional que tratou mal as pessoas em uma unidade de saúde não foi treinado. Entretanto, independente de ser terceirizado ou não a educação não é terceirizada. A educação é universal e esses que tratam mal não estão preparados. Esses são leões de chácara, não são vigilantes e nem porteiros. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos e eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes

